Guiné-Bissau

Em 2014, foram moderados os progressos da Guiné-Bissau no sentido de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados e participou de programas sociais voltados ao trabalho infantil. Contudo, as crianças na Guiné-Bissau estão envolvidas no trabalho infantil, incluindo na agricultura e nas piores formas de trabalho infantil, incluindo a mendicância forçada. As proibições de profissões e actividades perigosas para crianças não são abrangentes. O governo não ofereceu aos agentes da polícia a formação e os recursos necessários para monitorizar, investigar e processar casos de trabalho infantil. Para além disto, os programas destinados a combater o trabalho infantil são insuficientes para lidar adequadamente com a extensão do problema.

Com base no relatório, sugerem-se acções que avançariam a eliminação do trabalho infantil, incluindo as suas piores formas, na Guiné-Bissau.

Área	Iniciativa sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Quadro jurídico	Certificar-se de que a lei proíba profissões ou actividades perigosas específicas para crianças para facilitar a fiscalização.	2009 – 2014
	Certificar-se de que o quadro jurídico proíba totalmente o uso de todas as crianças na exploração sexual comercial e preveja penalidades para a posse e distribuição de pornografia infantil.	2013 – 2014
	Disponibilizar ao público o Código da Crianças, a Lei N.º 3/80, o Decreto N.º 20/83 e a Lei N.º 4/99.	2014
Fiscalização	Disponibilizar ao público informações sobre a quantidade de inspectores do trabalho, investigadores da polícia, investigações, processos e condenações.	2009 – 2014
	Certificar-se de que os agentes da polícia recebam a capacitação e os recursos necessários para que possam monitorizar, investigar e processar casos de trabalho infantil.	2009 – 2014
	Estabelecer mecanismos de encaminhamento entre os órgãos de inspecção laboral e a polícia e os serviços de bem-estar social.	2014
Coordenação	Certificar-se de que o Comité Directivo Interministerial sobre o Tráfico se reúna regularmente para coordenar os esforços de combate ao tráfico de seres humanos.	2014
Políticas governamentais	Ampliar o registo grátis de nascimentos para todas as crianças para assegurar maior número de matrículas no ensino primário e secundário.	2014
	Afectar os recursos necessários para o Plano de Acção Nacional para o Tráfico para assegurar a devida implementação.	2014
	Integrar as estratégias de eliminação e prevenção do trabalho infantil nas políticas existentes.	2013 – 2014
Programas sociais	Elaborar programas de bem-estar social para assegurar que taxas informais não obstruam o acesso à educação.	2011 – 2014
	Avaliar o eventual impacto do programa de merenda escolar sobre o trabalho infantil.	2013 – 2014
	Publicar os resultados do inquérito nacional sobre trabalho infantil.	2013 – 2014
	Ampliar os actuais programas voltados a lidar com a abrangência do problema do trabalho infantil.	2009 – 2014